

Capitais do Jaguaribe e Cariri Ocupam Posições da Anderson Clayton

As 6 horas em ponto o ônibus deixa Fortaleza rumo a Iguatu, no Vale do Jaguaribe. Serão 12 horas de viagem. Somos 50 pessoas num ônibus relativamente confortável. Mal o veículo se move, começa a funcionar o receptor de rádio, transmitindo músicas dolentes. Observo os passageiros. São mulheres e homens, a grande maioria jovens, vestidos com grande simplicidade. Quase todos com uma toalha de rosto passada ao pescoço. Logo adiante vejo a utilidade dessa toalha quase infalível nos transportes do interior do Ceará: para limpar a poeira do rosto e das mãos, para cobrir o rosto quando passam as nuvens de pó lançadas por um veículo em sentido contrário.

A estrada asfaltada termina mais ou menos a uns 100 quilômetros de Fortaleza, nas proximidades da cidade de Russas. Daí por diante corremos pela várzea do Jaguaribe atropetada pela mais bela das palmeiras: a carnaúba. Os carnaubais se perdem de vista. Desde Pacajus vemos carnaubais novos que oferecem aos olhos um espetáculo bellissimo com suas copas harmoniosas. São as plantações (antes eram inteiramente nativas) estimuladas pelos elevados preços dos últimos tempos.

As 9,30 paramos em Russas para tomar café e comer as mais famosas laranjas do Estado.

Depois a viagem vai se tornando monótona e cansativa, intercalada por um ou outro incidente pitoresco. Assim, no povoado de Peixe Gordo duas mães interceptam a estrada ao ônibus com

uma corda alevantada. O ônibus obedece e pára. As mães largam a corda e entram no veículo. Pedem esmolas para a capela de São Francisco de Assis que está sendo construída. Não parece uma capela e sim uma igreja, pelas suas proporções. Contrasta chocantemente com as casinhas de taipa; emparelha-se apenas com um posto de gasolina de uma companhia estrangeira, logo adiante. São as duas potências locais. Repartem o domínio daquela gente pobre, de pés descalços, que no entanto tem outros senhores: os grandes proprietários dos carnaubais.

Em Iguatu

As 18 horas estamos em Iguatu, centro econômico do Vale do Jaguaribe. Não é porém a carnaúba a sua fonte de rendas, e sim o algodão. Iguatu é o principal município algodoeiro do Ceará. As conversas giram em torno da safra deste ano, que se espera das melhores, uns 15 milhões de quilos. Vi as plantações à margem da estrada. Estão bonitas, os galhos do arbusto pendem ao péso das maçãs, e alguns sítios os capuchos desabrocham como flocos de nev.

Nos últimos anos o chamado «ouro branco» dobrou quase a renda do município de Iguatu. De 14 e meio milhões em 1958 subiu para cerca de 24 milhões no ano passado e (segundo informações do exator estadual Ailton Pinheiro) deve elevar-se a 30 milhões este ano.

Indago sobre o tipo de propriedade predominante.

— A pequena e a média, respondem-n.

Mas tudo indica que, embora aquelas sejam a maioria, o poder da grande propriedade se mantém em toda a linha. Ainda existem no município grandes fazendas como a Mata Frasca, da família Gomes de Araújo (os famosos Pedraço) com suas 2.400 braças, ou seja, aproximadamente uma légua; a Água Fria, com 1.200 braças, de Tebaldo da Costa; a Santa Clara, com 400 braças, de Chagas Neves; e «rei do algodão» local; a Jiqui, da família Marcelino, com 600 braças, além de outras com aproximadamente meia légua de fundo.

Estas grandes fazendas quase não pagam imposto territorial. Eram cadastradas algumas delas pelo ridículo valor de 10 mil cruzeiros, quando na realidade podem ser avaliadas moderadamente — disse-me o exator — em um milhão de cruzeiros.

Novidade de um ano

Em todo o Nordeste o ritmo de vida ainda é lento, moroso, e o ritmo de seu precário desenvolvimento. Por isso, certas notícias que no Sul já seriam coisa do passado, aqui ainda estão na ordem do dia. Os iguatenses com quem conversei gostam de falar num assunto que lhes é caro: a compra de usina de beneficiamento de algodão da Anderson Clayton que operava nesta zona e tinha suas filiais em Juazeiro e Crato. Há um ano aproximadamente foi vendida a capitalistas locais.

Essa usina era um dos tentáculos do poderoso truste norte-americano de algodão e do café. Controlava não só o comércio como a cultura do algodão, ditava os preços, influenciava decisivamente na vida de milhares e milhares

de pessoas ligadas às plantações de algodão no Ceará.

Agora, suas instalações se encontram nas mãos de capitalistas locais. Em seu lugar fundou-se a ICASA (Indústria e Comércio de Algodão Sociedade Anônima), formada por capitalistas de Iguatu e do Cariri. Compra ela hoje grande parte da produção algodoeira da região. Seu capital atual é da ordem de 30 milhões de cruzeiros.

Depois da compra da Clayton, a ICASA, que beneficiava 1.600.000 quilos de algodão, passou a 4 milhões de quilos. Adquire o produto diretamente ao agricultor e o vende diretamente a grandes fábricas de Pernambuco, Minas, Rio, São Paulo e Paraíba.

Fala um industrial

Encontro-me com um dos sócios da ICASA em Iguatu, o sr. Teodoro Germano, diretor da empresa nesta cidade.

Ele confirma estes dados e amavelmente me fornece outro:

— Per que a Clayton vendeu suas instalações aqui? — pergunto-lhe.

— Não está bem claro ainda...

— Que quantidade de algodão comprava?

— Uns 8 milhões de quilos.

— Uma vez que a ICASA compra apenas metade, para onde vão os outros 4 milhões?

— Para a usina de Eliseu Batista, em Orós.

No entanto, a produção algodoeira somente de Iguatu, este ano, é estimada em 15 milhões de quilos. Diante de uma safra de tais proporções, prevê-se uma queda nos preços.

Outra pergunta:

— A Clayton abandonou todo o Nordeste?

— Não. Permanece em Patos, na Paraíba, onde tem grandes instalações e inclusive uma usina de extração de óleo e de onde continua a influenciar o comércio de algodão dos demais Estados nordestinos.

Indago das relações de produção dominantes na cultura algodoeira local. Obtenho a resposta de que se trata da meia. Mesmo os grandes fazendeiros ou os fazendeiros ricos harmonizam o sistema da meia e do salarido. O salário é miserável: 50, 60 cruzeiros por dia. Alguns fazendeiros exigem do meeiro que lhe venda a sua parte da safra. E à falta de transporte barato este não tem outro remédio que submeter-se à vontade do dono da terra.

A qualidade do algodão

Um problema sério na cultura algodoeira do Ceará — mas particularmente de Iguatu — é um grande retardamento na melhoria da qualidade do

produto. Ainda predomina o algodão de fibra curta, o herbáceo, sendo mais raro o de fibra longa, o «macó».

Pergunto a várias pessoas o motivo dessa persistência no cultivo de uma qualidade inferior. A resposta em geral não convence:

— É que o meeiro prefere o herbáceo.

Não se explica por que. Depois, nas demoradas conversas, é que sabemos de uma particularidade importante: o herbáceo produz rapidamente, logo no primeiro ano, enquanto o «macó» só dá com dois, três anos. E como a grande maioria dos plantadores de algodão não têm terra, são meeiros, não possuem nenhuma garantia de que farão nem sequer a primeira colheita do fruto de seu trabalho. Preferem portanto o algodão da pior espécie, pois este produz mais cedo, atende suas exigências imediatas, assegura-lhes pelo menos uma safra.

Até temos um exemplo a mais de como o monopólio da terra é um obstáculo à simples melhoria dos cultivos.

Mas há outro motivo: os usineiros beneficiadores que compram o algodão em caroço pagam a ridícula taxa de 5 cruzeiros pelo macó sãbre o herbáceo: a diferença é de 25 cruzeiros o quilo para este e 30 cruzeiros para aquele.

Um homem empreendedor

O industrial Eliseu Batista, de quem me tinha falado Teodoro Germano em Iguatu, vou encontrá-lo na cidadezinha de Orós, próximo ao grande açude.

Sua fábrica domina a cidade. Visita-o também em companhia de meu amigo e antigo colega de liceu, o médico Humberto Gouveia. Numa tarde nordestina ensolarada e quente, em meio a montanhas de pedra e nuvens de poeira, ele me recebe num escritório que funciona com ar refrigerado. Que alívio para o nosso cansaço e o calor que nos banha em suor!

Começamos a conversar sobre algodão, sua cultura e indústria local.

Eliseu Batista, homem de uns 45 anos, estatura média, tez morena, fisionomia tranqüila mas decidida, me conta em breves palavras a história da fábrica que encravou naqueles ermos. Em 1946 comprou uma simples prensa de algodão. Trabalhava com alguns milhares de quilos. Ampliou gradativamente suas instalações. Construiu mais tarde uma nova unidade: de extração de óleo do algodão. Depois, uma terceira, para fabricação de sabão aproveitando o óleo. Está concluindo uma quarta unidade: a fábrica de óleo comestível. Importou técnicos do Rio e São Paulo para a ampliação de sua empresa. Lá encontrei um operário caldeireiro, João Rodrigues de Melo, ganhando 70 cruzeiros por hora e trabalhando como um mouro: ele próprio me disse — 13 e 15 horas por dia! E Ge-



Infância trabalhadora

briel Francisco dos Santos, ali de Cascadura, técnico qualificado também, com o mesmo salário e a mesma jornada média de trabalho.

Perguntei-lhes como suportavam um trabalho tão estafante. Responderam-me que não podia ser de outra forma para a execução do plano traçado, isto é, pôr a nova unidade da fábrica em funcionamento dentro de um ano.

O rosto de ambos brilhava de suor. Suas roupas estavam empastadas de graxa. Têm à sua disposição uma oficina mecânica onde fazem todas as peças de que necessitam. A empresa dispõe de três geradores elétricos de 200 cavalos-vapor. Quase tudo está eletrificado.

Depois de percorrer a empresa, faço algumas perguntas ao industrial Eliseu Batista:

— Qual a capacidade de beneficiamento de sua fábrica?

— No ano passado comprei 6 milhões de quilos de algodão, em Iguatu, Senador Pompeu e Cedro.

— Que me diz quanto à qualidade do algodão?

— Prevejo, na marcha em que vamos, uma piora das culturas, devido à mistura do herbáceo com o macó. (E menciona as variedades más de algodão resultantes: o verdete, o verdão e o exul).

— Quantos operários trabalham na sua usina?

— Uns 100 operários permanentes.

— E quanto aos salários?

— 100 cruzeiros por dia. Os especializados 150 cruzeiros. Durante certa

A cena que a foto nos apresenta, com uma criança colhendo algodão, é comum na lavoua brasileira, onde todos são obrigados a empunhar a enxada para poder comer.

época da safra fazem extraordinário. Alguns são acionistas da empresa.

A uma pergunta que lhe dirigi sobre a preferência do agricultor meeiro pelo herbáceo, Eliseu Batista confirma que isto se deve à falta de terra garantida ao trabalhador rural. Ele não sabe se plantando o algodão de fibra longa conseguirá colhê.

Pergunto-lhe ainda sobre a venda das usinas da Anderson Clayton.

Éis a resposta textual de Eliseu Batista:

— O que a Clayton vendeu era sucata.

Mas acrescenta que ela não fez nenhuma falta. Nem a cultura nem o beneficiamento do algodão no Ceará foram abalados pela sua saída. Enquanto os usineiros locais financiam as culturas, a Clayton não as financiava. Quanto à SANBRA, não tem nem preço.

Opina Eliseu Batista que a facilidade dos transportes rodoviários — não obstante o mau estado das rodagens — colocou em pé de igualdade as empresas de capitais nacionais do Nordeste com as companhias estrangeiras, Clayton e SANBR.

Em síntese, os capitalistas do Jaguaribe e do Cariri estão gradativamente ganhando terreno na competição com o capital estrangeiro que vem explorar as riquezas locais. Um industrial como Eliseu Batista passa hoje por cima de Clayton e vende seu algodão diretamente a países da Europa e a industriais do Sul.

Iguatu (Ceará) — agosto — 1960.